



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
Gabinete Vereador JOÃO ALFREDO

REQUERIMENTO Nº

4960

Requerem a transcrição aos Anais desta Casa Legislativa da nota do Sindicato dos Docentes da UECE-SINDUECE, expondo os motivos da deflagração de greve geral.

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Os Vereadores abaixo signatários, da bancada do **Partido Socialismo e Liberdade**, nos termos regimentais, requerem a transcrição aos Anais desta Casa Legislativa da nota do Sindicato dos Docentes da UECE- SINDUECE, seção sindical do ANDES/SN expondo os motivos da deflagração de greve geral.

A nota do Sinduece intitulada: **Governo não dialoga e nega todas as reivindicações: Greve Geral, Interior e Capital** explicam na nota anexa, as razões da deflagração da greve geral.

“A pauta de reivindicações, votada e acrescida pela assembleia, fora objeto de várias iniciativas do movimento docente e discente das três universidades estaduais cearenses (Universidade Estadual do Ceará, Universidade Estadual Vale do Acaraú e Universidade Regional do Cariri) que buscaram, sem sucesso, discuti-la com o governador Cid Gomes desde o ano de 2010 “ explica a nota.

Na sequência, após um histórico das lutas do movimento docente e discente desde 2011, apresentam a pauta de reivindicações que inclui:

Regulamentação do Plano de Cargos da categoria;
Concurso para professores;
Concurso e plano de cargos para servidores;
Equiparação salarial entre substitutos e efetivos;
Política de assistência estudantil;
Infraestrutura dos campi;
Verbas para pesquisa e
Reajuste salarial dos docentes.

RUA DR. THOMPSON BULCÃO, 830, GABINETE 06
ENGº LUCIANO CAVALCANTE
FORTALEZA-CE
FONE.: 85 3444-8361

CEP.: 60.810-460
DEPTO. LEGISLATIVO
RECEBIDO

04 NOV. 2013

12/15 h Nº de fls 01
Servidor,



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
Gabinete Vereador JOÃO ALFREDO

Aprovado o requerimento, requerem o envio para:

Exmo. Sr. Governador do Ceará Cid Ferreira Gomes
Palácio da Abolição – Av. Barão de Studart, 505 Meireles - Cep.60.120-013

Ilma. Sra. Elda Maria Freire Maciel
Presidente do SINDUECE
Rua, Tereza Cristina, 2266 – Sala 105/106 – Benfica – CEP 60015-141

Nestes termos,
Pedem deferimento.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO EM 04 DE novembro DE 2013

Vereador João Alfredo
Partido Socialismo e Liberdade – PSOL

Vereadora Toinha Rocha
Partido Socialismo e Liberdade – PSOL

RUA DR. THOMPSON BULCÃO, 830, GABINETE 06
ENGº LUCIANO CAVALCANTE
FORTALEZA-CE
FONE.: 85 3444-8361

CEP.: 60.810-460

Fortaleza, Ceará, dia 30 de outubro de 2013

**GOVERNO NÃO DIALOGA E NEGA TODAS AS REIVINDICAÇÕES:
GREVE GERAL, INTERIOR E CAPITAL!**

1. DEFLAGRAÇÃO DA GREVE

Em assembleia geral, convocada pela Seção Sindical do ANDES-SN na UECE (Sinduece), os professores da Universidade Estadual do Ceará (UECE) reuniram-se no corredor do Bloco I do *campus* do Itaperi, no dia 29 de outubro de 2013, no período matinal, para discutir e deliberar sobre o indicativo de greve geral da categoria. Ao todo, 275 professores assinaram o livro de frequência, sendo que 254 pronunciaram-se sobre a deflagração da greve nas seguintes proporções: 3 abstenções, 96 contra a greve e 155 a favor da greve. Com ampla maioria, **os docentes deflagraram greve geral por tempo indeterminado** somando-se aos estudantes que já haviam deliberado pela paralisação desde o dia 22 de outubro de 2013 e à comunidade acadêmica da Faculdade de Educação de Itapipoca (FACEDI) em greve desde 18 de setembro de 2013.

A pauta de reivindicações, votada e acrescida pela assembleia, fora objeto de várias iniciativas do movimento docente e discente das três universidades estaduais cearenses (Universidade Estadual do Ceará, Universidade Estadual Vale do Acaraú e Universidade Regional do Cariri) que buscaram, sem sucesso, discuti-la com o governador Cid Gomes desde o ano de 2010. Registramos a seguir algumas de tais iniciativas do movimento docente e discente.

2. A PAUTA: UM POUCO DE HISTÓRIA

11/fevereiro/2011: entrega da pauta em audiência na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE). O documento fora encaminhado, ainda, para o Gabinete do Governador (GABIGOV) e para a Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG).

8/abril/2011: realização de cortejo de professores e estudantes das três universidades estaduais até o Palácio da Abolição na tentativa de conversar com o governador Cid Gomes haja vista que, na audiência com o titular da SECITECE, Dr. René Barreira, ele informara que todas as reivindicações dependiam de deliberação do próprio governador. Na ocasião, o movimento foi recebido pelo secretário do GABIGOV que ficou de marcar audiência com Cid Gomes.

30/maio/2011: realização de cortejo até a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE) onde o movimento conversou com o líder do governo, deputado Antonio Carlos, que ficou de mediar uma audiência com o governador Cid Gomes.

15/junho/2011: o movimento estudantil e docente realizou ato na reitoria da UECE e debateu com o corpo da administração superior chefiado pelo reitor Francisco Araripe, quando também foi exposto que as principais reivindicações dependiam do governador e não podiam ser encaminhadas pela administração da UECE. Tomou parte dessa discussão o deputado Heitor Férrer que fez explanações sobre o contexto dos gastos públicos do governo Cid Gomes.

06/julho/2011: as seções sindicais do Andes-SN na UECE, URCA e UVA (Sinduece, Sindurca e Sindiuva respectivamente) em colaboração com o movimento estudantil das três universidades e pela mediação do deputado Heitor Férrer, realizaram massiva audiência pública no plenário da Assembleia Legislativa (ALECE), seção presidida pela deputada Miriam Sobreira. As reitorias das três universidades expuseram os dados da carência de professores, comprovando a denúncia do movimento de que havia a necessidade de contratação de 640 docentes. Por iniciativa do movimento sindical e estudantil, os deputados que compõem a comissão de ciência e tecnologia da ALECE aquiesceram o levantamento efetuado pelas administrações universitárias e dirigiram-se ao governador solicitando abertura de negociação para sanar o problema.

Novembro de 2011 a fevereiro de 2012: por solicitação da Procuradoria Geral do Estado (PGE) e da SECITECE formou-se comissão mista congregando representantes das administrações e do movimento sindical das três universidades e, ainda, representantes da própria SECITECE, para reelaboração das minutas de leis e decretos que regulamentam o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos (PCCV) dos docentes. Os trabalhos da comissão encerraram-se em fevereiro de 2012, quando quatro textos legais haviam sido consensuados entre as partes, ficando a cargo da SECITECE e PGE dar tramitação e publicação aos mesmos. São eles: I) decreto que cria os cargos de "Professor Associado" instituído no PCCV; II) decreto que regulamenta a mudança de regime de trabalho de 20 h/semanais para 40 h/semanais ou vice-versa; III) lei que regulamenta a Dedicção Exclusiva (DE); IV) decreto que regulamenta o afastamento de docentes para cursar pós-graduação e pós-doutorado. Ficou pendente a minuta que regulamenta a Gratificação por periculosidade e insalubridade.

20/junho/2012: movimento docente e discente volta a realizar ato na SECITECE e na Av. 13 de Maio, exigindo a tramitação das minutas de regulamentação do PCCV e audiência com o governador para discutir a pauta de reivindicações.

27/setembro/2012: realização de ato na Secretaria da Copa (SECOA) no complexo da Arena Castelão. O movimento ocupou parte do prédio condicionando a saída ao agendamento de audiência com o governador para tratar da pauta de reivindicações. O então titular da pasta, Gony Arruda, fez o agendamento de reunião com o chefe de gabinete do governador, Sr. Danilo Cerpa, para o dia 3 de outubro de 2012. Da reunião, saiu o agendamento de audiência com o governador para o dia 8 de novembro de 2012.

8/novembro/2012: realização de ato no Palácio da Abolição sem a presença do governador que resolveu descumprir o agendamento. Uma comissão foi recebida pelo secretário René Barreira onde ficou acertada audiência com Cid Gomes para o dia 14 de novembro de 2012.

14/novembro/2012: realização de audiência com o governador. Estiveram presentes representantes do movimento docente, discente e reitores. O governador centrou a fala na ideia de que a responsabilidade pela educação superior é do governo federal e que, por isto mesmo, seu governo não autorizaria a contratação de professores para preencher vagas causadas por aposentadorias e por ajustes curriculares. Tampouco dispôs-se a atender reivindicações relativas ao financiamento de obras de infraestrutura. Quanto à tramitação dos instrumentos legais que regulamentam o PCCV, afirmou que autorizaria aqueles que não implicassem em impacto orçamentário.

Depois de 4 anos de seguidas "rodas de conversa" com a SECITECE e muitas manifestações que resultaram numa reunião com o governador Cid Gomes em novembro de 2012, as conversações não resultaram em qualquer providência concreta, razão porque os professores resolveram deflagrar greve geral (interior e capital) a partir de 29 de outubro de 2013 e realizar ampla

campanha junto a sociedade cearense em defesa de condições dignas de trabalho e da universidade pública de qualidade.

3. PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

A pauta que temos apresentado desde fevereiro de 2011 foi adensada pela assembleia docente de 29 de outubro de 2013. Todos os pontos dizem respeito à defesa da UECE como um bem público, um patrimônio da sociedade cearense e um direito dos que nela estudam e trabalham. É esta comunidade a maior interessada em defender o patrimônio científico, acadêmico, cultural, moral até aqui construído e avançar em novos horizontes. É com esse espírito que a assembleia deliberou pela apresentação, ao governo e à reitoria da UECE, das reivindicações a seguir.

NOS DIRIGIMOS AO GOVERNO COM AS SEGUINTE REIVINDICAÇÕES

- **REGULAMENTAÇÃO DO PCCV**

Conquista da greve de 2007, os direitos inscritos no Plano de Cargos não podem ser efetivados, pois ficaram pendentes de regulamentação os itens sobre a) Dedicção Exclusiva, b) Mudança de Regime de Trabalho, c) Ascensão para a classe de professor associado, d) Afastamento de docentes para pós-graduação e pós-doutorado, e) Gratificação por trabalho perigoso ou insalubre. Com exceção da última, todas as demais minutas de leis e decretos foram construídas e consensuadas entre sindicatos, administrações universitárias, SECITECE e PGE desde março de 2012, mas ainda não tramitaram. Nesse intervalo de tempo, o Secretário Renê Barreira nos recebeu para simplesmente informar que já não tem mais o que fazer porque todas as minutas estão com a PGE e com o Gabinete do Governador. O emperramento dessas minutas legais vem causando enormes prejuízos financeiros e profissionais para vários professores.

Reivindicamos:

- a) **Imediata tramitação e publicação das leis e decretos de regulamentação do PCCV que foram construídos pela comissão mista e já obtiveram consenso: Dedicção Exclusiva, Mudança de Regime, Ascensão para a classe de professor associado, Afastamento de docente para pós-graduação e pós-doutorado;**
- b) **Instauração de negociação em torno da proposta da minuta de lei sobre trabalho insalubre ou perigoso.**

- **CONCURSO PARA PROFESSOR**

Fruto de árduas batalhas, o governador Cid Gomes autorizou a realização de concurso para repor vagas de professores que faleceram ou foram exonerados no período de seu governo (janeiro de 2007 até hoje). Na UECE, isso representou a abertura de 76 vagas de concurso público, processo que está em fase de encerramento, pois, dos aprovados, 7 deles só foram nomeados na semana de 22 de outubro no calor do movimento grevista dos estudantes. Estão em aberto 163 vagas de professores que se aposentaram no período Cid Gomes e 132 vagas surgidas pelo ajuste curricular dos cursos de graduação e pela criação de mestrados e doutorados na UECE. A carência é, portanto, de 295 professores efetivos somente na UECE, número que deve crescer bastante quando somado com os casos da URCA e os da UVA. Mas o governador tem se pronunciado contrário a este concurso, revelando perversa intenção de sucatear e asfixiar as universidades estaduais cearenses.

Reivindicamos:

- a) **Realização de concurso único para prover as 295 vagas atualmente existentes na universidade, autorizando a nomeação de todos os aprovados em concursos com prazo válido;**

- b) **Instauração de uma política de reposição automática de vagas permanentes causadas por falecimentos, exonerações e aposentadorias de docentes.**

• **CONCURSO E PLANO DE CARGO PARA SERVIDORES**

Nesse item, a situação é ainda mais dramática. Não há lei instituindo cargos de servidores técnico-administrativos para a UECE e nunca foi realizado concurso para essa categoria que, hoje, se encontra em franco processo de extinção. Para realizar minimamente as atividades técnico-administrativas, as administrações universitárias tem recorrido a contratação de trabalhadores terceirizados, muitos dos quais aguardam a oportunidade de realizar concurso e efetivar-se como servidor público. Essas contratações têm, inclusive, ultrapassado os limites previstos em lei. Por outro lado, a retirada autoritária e unilateral do Plano de Cargos da categoria do processo de negociação durante a greve de 2007/2008 causa imensos prejuízos a esses trabalhadores. Não se exagera ao dizer que, neste segmento, beiramos o colapso.

Reivindicamos:

- a) **Criação de cargos de servidores técnico-administrativos na quantidade adequada a ser informada pela universidade;**
b) **Realização de concurso para prover os cargos de servidor técnico-administrativo na universidade;**
c) **Imediata abertura de negociação sobre o Plano de Cargos dos servidores técnico-administrativos.**

• **EQUIPARAÇÃO SALARIAL ENTRE SUBSTITUTOS E EFETIVOS**

A contratação de substitutos para preencherem vagas permanentes (causadas por mortes, exonerações e aposentadorias) é uma prática não apenas prejudicial à universidade, mas lesiva dos princípios legais. Dos quase 300 existentes na UECE, menos de 100 preenchem vagas temporárias (causadas por afastamento de professores para cursar pós-graduação, licença saúde/maternidade e por interesse particular). Além disso, essa importante parcela da força de trabalho docente recebe menos da metade dos vencimentos dos efetivos, embora assumam a mesma carga de trabalho. A realização de concurso para preenchimento das vagas de efetivos e a equiparação salarial constituem as únicas saídas, que sequer têm sido discutidas pelo Governo.

Reivindicamos:

- a) **Equiparação dos salários dos professores substitutos aos salários dos efetivos de mesma titulação consoante com a fórmula: salário do substituto = vencimento base + gratificação de incentivo profissional + gratificação de efetiva regência do professor efetivo.**

• **POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

Os estudantes, também em greve, devem apresentar suas reivindicações específicas. Porém, cabe aos nós, seus mestres, também tratarmos do assunto, pois constituímos a mesma comunidade e somos co-responsáveis na defesa da universidade pública de qualidade. A UECE é uma instituição universitária cuja assistência estudantil não merece esse nome nem está à altura da importância que a instituição galgou na sociedade cearense. Com efeito, temos apenas um restaurante universitário no *campus* do Itaperi e outro ainda em construção na Faculdade Dom Aureliano Matos (FAFIDAM) em Limoeiro do Norte. Os estudantes ueceanos não contam com residência estudantil, nem na capital nem no interior. As bolsas de iniciação científica e de auxílio são poucas e mal pagas.

Exigimos:

- a) **Imediata construção de uma política de assistência estudantil que contemple as condições de permanência e estudo de qualidade na universidade.**

• **INFRAESTRUTURA DOS CAMPI**

A situação é muito crítica nesse aspecto e pode ser apresentada brevemente. As bibliotecas nos *campi* do interior são a mais pura expressão do descaso: as instalações são mais que precárias; o acervo é ultrapassado e limitado e não atende as exigências das ementas das disciplinas; não há informatização do acervo nem bibliotecários. Mesmo a biblioteca central do *campus* do Itaperi, que é uma conquista da greve passada, não goza de uma política de reposição do acervo. Outra conquista da greve, o ginásio poliesportivo do Itaperi, foi entregue em condições precárias, tendo sido necessário refazer o teto e recentemente a piscina afundou nos primeiros dias de uso. A unidade de Crateús (FAEC), após 30 anos de existência, conta com apenas 3 cursos de graduação funcionando em 3 espaços diferentes que não oferecem condições adequadas para as atividades pedagógicas tampouco condições de ampliação dos cursos. A construção de um prédio próprio foi planejada e já conta com recursos oriundos de emendas apresentadas ao orçamento federal por parlamentares cearenses, fundos que são insuficientes para a realização da obra à altura da necessidade. Caso parecido ocorre com a unidade de Tauá (CECITEC) que funciona atualmente em uma escola municipal aguardando a construção de seu *campus*, o qual teve sua pedra fundamental fincada sem continuidade da obra. Em Itapipoca o caso é mais grave: a FACEDI também completou 30 anos com apenas 3 cursos, porém, ao seu lado foi construído um prédio de caráter *multicampi* que abrigaria a Faculdade Tecnológica (FATEC) e a FACEDI. Com a obra quase concluída, o governador resolveu desistir do projeto da FATEC e, em total desrespeito ao acordado anteriormente, resolveu doar o equipamento para a instalação do Instituto Federal, deixando a FACEDI de lado. O capricho do governador sequer leva em conta que o próprio Instituto Federal já tem um terreno de 6 hectares doado pela prefeitura municipal de Itapipoca e conta com verba para início da construção da ordem de 11 milhões de reais do tesouro federal. **Exigimos:**

- a) Realização das obras das unidades interioranas de Crateús e Tauá;
- b) Construção de restaurantes universitários em todos os *campi* do interior e da capital;
- c) Reforma e qualificação da residência universitária da FICLESC (Quixadá);
- d) Imediata reforma dos equipamentos do ginásio poliesportivo para que este possa servir adequadamente às atividades do curso curso de Educação Física e às demais demandas da universidade;
- e) Garantia da cessão à FACEDI do prédio previsto para funcionar a FATEC e conclusão urgente da obra;
- f) Conclusão do prédio *multicampi* de Iguatu;
- g) Construção e/ou reforma das instalações das bibliotecas das unidades interioranas;
- h) Política de reposição do acervo bibliográfico para todas as bibliotecas dos *campi* da capital e do interior, mediante solicitação anual dos professores;
- i) Liberação de verbas para reformas e melhorias de instalações em laboratórios universitários

• VERBAS PARA PESQUISA

Órgãos de fomento federais (CNPq, CAPES, FINEP) comumente adotam políticas compensatórias, ao reconhecerem quão injusto é tratar de maneira igual aqueles que trabalham em condições desiguais. Na FUNCAP, independente das condições objetivas, pesquisadores do interior e das instituições estaduais concorrem, como que em pé de igualdade, com instituições federais e particulares. Na UECE, há cursos de mestrado e doutorado não contemplados com bolsas e/ou auxílios para os alunos e muitos funcionam em condições estruturais muito precárias. Por seu turno, a FUNCAP instituiu, recentemente, condições de acesso a bolsa de Iniciação Científica (IC) que causam prejuízos aos estudantes e tiram a autonomia do professor pesquisador na escolha de bolsistas.

Reivindicamos:

- a) Destinação de 40% de vagas em todos os editais de pesquisa da FUNCAP a instituições públicas estaduais e do interior do Estado;
- b) Abertura de editais específicos para instituições estaduais;
- c) Fim das cláusulas de exclusão para a concessão de bolsas de Iniciação Científica.

- **REAJUSTE SALARIAL DOS DOCENTES**

Aproxima-se a data base de janeiro de 2014, e o Governo não se dignou a apresentar nenhuma proposta até aqui. Queremos, em face da corrosão salarial que já tivemos depois de 2008, um reajuste acima da inflação, isto é, um aumento real no valor que ora discutimos em unidade com os demais servidores estaduais. Mas, levantada na última audiência, este item não obteve nenhuma sinalização por parte do Governo.

NOS DIRIGIMOS À REITORIA/GOVERNO COM AS SEGUINTE REIVINDICAÇÕES

- **AUTONOMIA E DEMOCRACIA NA UNIVERSIDADE**

É um preceito constitucional que as universidades gozem de autonomia acadêmica, financeira e de gestão. No caso das estaduais cearenses, sequer a autonomia administrativa está sendo respeitada uma vez que o Governo desconsidera os pedidos de reposição de pessoal docente e administrativo e até mesmo os processos de rotina, com destaque para o afastamento de docentes para pós-graduação, não podem ser resolvidos no âmbito das reitorias nem da SECITECE. É absurdo que a consulta interna para as funções de reitor e vice-reitor fique à mercê da vontade do governante que decide em face das três chapas mais votadas. Também fere o princípio democrático a excrecência autoritária que determina peso 7 para voto de professor, 1,5 para voto de servidor e 1,5 para voto de estudante na escolha dos cargos de direção. Estas questões precisam ser tratadas internamente por toda a comunidade, que deve deliberar sobre formas democráticas de gestão, composição de órgãos colegiados, escolha e posse dos gestores. É necessário, ainda, discutir a vinculação legal de recursos tributários e/ou orçamentários à altura das necessidades das universidades estaduais como forma de superar a dependência do humor do governante de plantão, como é o caso atualmente. Faz-se necessário, para tanto, desencadear amplas mobilizações com o fim de criar instrumentos legais que garantam eleições e posse democrática do reitor e vice-reitor e vinculação obrigatória de recursos para investimento e custeio das universidades.

Reivindicamos:

- a) **Revogação da lei que estabelece a lista tríplice para escolha do reitor e vice-reitor pelo governante;**
- b) **Criação de instrumento legal que garanta a eleição e posse do reitor e vice-reitor mais votado;**
- c) **Discutir amplamente com a comunidade acadêmica a elaboração de dispositivo legal que garanta a vinculação automática de verbas estatais para as despesas da universidade, tendo em vista sua melhoria e expansão.**

- **ESTATUINTE DEMOCRÁTICA E AUTÔNOMA**

A instauração do processo de reformulação do estatuto e do regimento da universidade é um excelente momento para transformar e democratizar as estruturas tradicionais de poder presentes em nossa universidade. Isto pressupõe que desde o início o processo seja marcado pela mais ampla participação dos vários segmentos da vida universitária e por métodos que garantam a materialização das opiniões e ideias do alunado, do professorado e dos funcionários técnico-administrativos. A elaboração de propostas por comitê de notáveis para depois serem avaliadas em órgãos colegiados é, desde já, um indicador de forte vício.

Reivindicamos:

- a) **Imediata instauração de debates e discussões com os três segmentos em greve (estudantes, professores e servidores) acerca da reforma do estatuto e do regimento;**
- b) **Eleição de comissão estatuinte com representação dos três segmentos com o único fim de elaborar propostas de estatuto e regimento e submetê-los a assembleias gerais;**
- c) **Instauração de congresso estatuinte para a construção e aprovação do novo estatuto e do novo regimento da universidade.**

- **PLANO DE ATIVIDADE DOCENTE (PAD)**

Em todos os colegiados de curso de graduação há reclamações diversas contra o PAD, seja porque não há justa proporcionalidade entre atividades de ministração de aulas e as de gestão e assessorias, seja porque várias atividades que fazem parte do mister acadêmico não são por ele contempladas. Além do mais, os processos enviados para institucionalização (projetos de pesquisa e extensão, grupos de estudos etc.) demoram tempo demais para tramitar, não podendo ser incluídos como atividade mesmo que o docente os esteja executando no período letivo.

Reivindicamos:

a) Imediata reestruturação do PAD discutida amplamente com a categoria docente.

- **ACESSIBILIDADE E APOIO PEDAGÓGICO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Já foi incorporado ao imaginário das lutas sociais brasileiras a irrestrita defesa de direitos das pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, prerrogativas garantidas nas leis do País. A Universidade Estadual do Ceará, todavia, tem descumprido tais preceitos legais, reforçando as condições de exclusão – e mesmo de violência – contra referido segmento populacional.

Reivindicamos:

- a) **Adequar a estrutura arquitetônica da UECE de modo a garantir a acessibilidade a todos os espaços de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida;**
- b) **Garantir apoio didático-pedagógico para alunos e professores com deficiência e/ou limitações, como material bibliográfico e pedagógico em *braille*, intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), programas e recursos audiovisuais e vestibular acessível a pessoas com deficiência.**

A Diretoria da SINDUECE

GOVERNO NÃO DIALOGA E NEGA TODAS AS REIVINDICAÇÕES:
GREVE GERAL, INTERIOR E CAPITAL!

Depois de 4 anos de seguidas "rodas de conversa" com a SECITECE e muitas manifestações que resultaram numa reunião com o governador Cid Gomes em novembro de 2012, as conversações não passaram de espaços de comunicação unilateral do governo. Não por intransigência dos professores, estudantes e funcionários, mas pelo fato de, depois de todo este tempo, o Governo não apresentar nenhuma resposta positiva às reivindicações da comunidade universitária.

A Sinduece tem exercido permanente pressão na defesa da Universidade Estadual do Ceará (UECE): atos públicos, paralisações, audiências com os gestores responsáveis pela administração e financiamento da universidade, seminários nos campi do interior e da capital, adesão a mobilizações nacionais e estaduais em defesa da educação, etc.

A pauta que temos apresentado desde fevereiro de 2011 expressa elementos mínimos para termos as condições elementares de trabalho e estudo na UECE e nas demais universidades estaduais:

1. **PCCV, conquista da greve de 2007:** os itens sobre Decisão Exclusiva, Regime de Trabalho e Associados, pendentes desde 2008, estão com minutas acordadas entre as três seções sindicais e reitorias. Desde março de 2013, quando concluímos os trabalhos de reelaboração das leis e decretos, o Secretário Renê Barreira nos informa a cada audiência que "está tudo pronto", mas o fato é que o processo segue emperrado nas mãos do governador, trazendo prejuízos profissionais e financeiros para os professores. Ainda se encontra sem regulamentação a gratificação por trabalho em condições especiais (insalubridade e periculosidade).
2. **Concurso para professor efetivo:** segundo documento da reitoria, após o preenchimento das vagas dos docentes que morreram ou saíram da universidade, temos uma carência de 295, sendo 163 por aposentadorias de janeiro de 2007 para cá e 132 oriundas de ajustes dos currículos às diretrizes curriculares nacionais. A reitoria da URCA informou carência de 322 vagas e da UVA de 70. O Governador tem enfatizado que não reporá vagas motivadas por aposentadorias, ajustes curriculares ou criação de cursos de graduação e pós-graduação. Todas as conversações até aqui foram incapazes de fazer o Governo avançar um centímetro nesse campo.
3. **Concurso e plano de cargos e carreiras dos funcionários:** nesse item a situação é ainda mais dramática. Não há lei instituindo cargos de servidores técnico-administrativos para UECE e nunca foi realizado concurso para essa categoria que, hoje, se encontra em franco processo de extinção, o que resulta na abusiva contratação de terceirizados, extrapolando os limites legais. A retirada autoritária e unilateral do Plano de Cargos da categoria do processo de negociação durante a greve de 2007/2008 causa imensos prejuízos a esses trabalhadores. Não se exagera ao dizer que, neste segmento, beiramos o colapso. Sobre isso também a resposta do Governo é o silêncio.
4. **Professores substitutos:** a contratação de substitutos para preencherem vagas permanentes (mortes, exonerações e aposentadorias) é uma prática não apenas prejudicial à universidade, mas lesiva dos princípios legais. Dos quase 300 existentes na UECE, menos de 100 preenchem vagas temporárias (causadas por afastamento de efeitos para pós-graduação, por licença saúde e maternidade e por interesse particular). Além disso, essa importante parcela da força de trabalho docente recebe menos da metade dos vencimentos dos efetivos embora assumam a mesma carga de trabalho. A realização de concurso para preenchimento das vagas de efetivos e a equiparação salarial constituem as únicas saídas, que sequer têm sido discutidas pelo Governo.
5. **Políticas de Assistência Estudantil:** a UECE talvez seja a única instituição de seu porte que não conta com um sistema de assistência estudantil digno desse nome. Temos apenas um restaurante, no Campus do Itaperi (há outro em construção na FAFIDAM). Os estudantes ueceanos não contam com residência estudantil, nem na capital nem no interior. As bolsas de iniciação científica e de auxílio são poucas e mal pagas, conforme pauta entregue na audiência. A acessibilidade nos espaços acadêmicos é insuficiente e a maior parte dos campi apenas fez arranjos para tentar se adequar a legislação. O Governo não tem nada a dizer sobre essas questões.
6. **Infraestrutura dos campi da UECE no Interior e Capital:** neste aspecto a situação é crítica. Alguns dados ajudam a visualizar a situação. As bibliotecas nos campi do

Interior são a mais pura expressão do descaso: o acervo é ultrapassado e limitado e não atende as exigências das ementas das disciplinas; não há informatização do acervo nem bibliotecários. Mesmo a biblioteca central do *campus* do Itaperi, que é uma conquista da greve passada, não goza de uma política de reposição do acervo. Outra conquista da greve, o ginásio poliesportivo do Itaperi foi entregue em condições precárias, tendo sido necessário refazer o teto e recentemente a piscina afundou nos primeiros dias de uso. A unidade de Crateús (FAEC), após 30 anos de existência conta com 3 cursos de graduação funcionando em 3 espaços inadequados para seu funcionamento e criação de novos cursos, porém, a construção de um novo campi está sendo planejada só que até o momento dispõe apenas de fundos de emendas parlamentares de deputados cearenses insuficientes para a construção do que almeja a comunidade. Caso parecido ocorre com a unidade de Tauá (CECITEC) que funciona atualmente em uma escola municipal aguardando a construção de seu *campus* que até o presente só teve o lançamento da pedra fundamental. Em Itapipoca o caso é mais grave: a FACEDI também completou 30 anos com apenas 3 cursos, porém, ao seu lado foi construído um prédio grandioso para abrigar uma FATEC. Desistindo do projeto, Cid toma a decisão arbitrária de doar o equipamento para a instalação do Instituto Federal, mesmo quando este já dispõe de um terreno de 6 hectares doado pela prefeitura da cidade e recurso federal para construção na ordem de 11 milhões. Nossa pauta é simples: exige a realização das obras das unidades interiores, a instalação de equipamentos, laboratórios e bibliotecas adequadas em todos os campi e a doação imediata do prédio ex-FATEC para a FACEDI/UECE. Sobre isso, o Governo também mantém silêncio total.

7. **Reajuste salarial para professores e servidores:** aproxima-se a data base de janeiro de 2014, e o Governo não se dignou a apresentar nenhuma proposta até aqui. Que emos, em face da corrosão salarial que já tivemos depois de 2008, um reajuste acima da inflação, isto é, um aumento real no valor que ora discutimos em unidade com os demais servidores estaduais. Mas, levantada na última audiência, este item não obteve nenhuma sinalização por parte do Governo.

Pauta dirigida à Reitoria/Governo:

1. **Autonomia/democracia universitária:** é um preceito constitucional que as universidades gozem de autonomia acadêmica, financeira e de gestão. No caso das estaduais cearenses, sequer a autonomia administrativa está sendo respeitada uma vez que o Governo desconsidera os pedidos de reposição de pessoal docente e administrativo e até mesmo os processos de rotina, com destaque para o afastamento de docentes para pós-graduação, não podem ser prerrogativa dos reitores nem da SINDUECE. É absurdo, também, que a consulta interna para as funções de reitor e vice-reitor fique à mercê da vontade do governante que decide em face das três chapas mais votadas. Fere também o princípio democrático a exscrecência autoritária que determina peso 7 para voto de professor, 1,5 para voto de servidor e

1,5 para voto de estudante na escolha dos cargos de direção. Estas questões precisam ser tratadas internamente por toda a comunidade que deve deliberar sobre formas democráticas de gestão, composição de órgãos colegiados, escolha e posse dos gestores. É necessário, ainda, discutir a vinculação legal de recursos tributários e orçamentários à altura das necessidades das universidades estaduais como forma de superar a dependência do humor do governante de plantão, como é o caso atualmente. Faz-se necessário, para tanto, desencadear amplas mobilizações com o fim de criar instrumentos legais que garantam eleições e posse democrática do reitor e vice-reitor e vinculação obrigatória de recursos para investimento e custeio das universidades.

2. **Estatuante democrática e autônoma:** a instauração de processo de reformulação do estatuto e do regimento da universidade, onde boa parte das questões referentes à democracia e autonomia é tratada, deve ser feita mediante amplo processo de mobilização de toda a comunidade acadêmica que deve decidir pela constituição de uma comissão estatuinte com função de elaborar propostas que devem ser discutidas em assembleias e referendadas, ao final, por um congresso da comunidade universitária da UECE.

3. **Plano de Atividade Docente (PAD):** em todos os colegiados de curso de graduação há reclamações diversas contra o PAD, seja porque não há justa proporcionalidade entre atividades de ministração de aulas e as de gestão e assessorias, seja porque várias atividades que fazem parte do mister acadêmico não são por ele contempladas. Além do mais, os processos enviados para institucionalização (projetos de pesquisa e extensão, grupos de estudos etc.) demoram tempo demais para tramitar, não podendo ser incluídos como atividade mesmo que o docente os esteja executando no período letivo.

A diretoria da SINDUECE propõe esta pauta como mínima para a deflagração da greve, sem prejuízo da incorporação de outros itens, que devem surgir das discussões na assembleia geral de 29 de outubro de 2013.

A diretoria sindical refirma, outrossim, o entendimento de que a greve, já em andamento entre os estudantes, apresenta-se como única possibilidade de pressão, neste momento, tendo em vista a necessidade de abertura de diálogo por parte do governo e o estabelecimento de franca negociação da pauta ora apresentada. Faz lembrar, ainda, que 2014 é ano eleitoral e que, por isso, há o impedimento legal da contratação de pessoal a partir de junho; já 2015 será o primeiro ano do novo governo, quando normalmente todo e qualquer investimento ou despesa é suspenso sob a velha justificativa do "arrumar a casa". Em face disso, o tempo mais adequado para a greve é agora.

O Sindicato dos Docentes da UECE defende a deflagração da greve neste dia 29, para reabrir a negociação efetiva com o Governo, para conquistar as reivindicações: greve geral no interior e na capital!

A Diretoria da SINDUECE